

O COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO DO EDUCADOR E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA ESCOLA¹

José Luis Sanfelice²

RESUMO: Nesta conferência, o autor enfoca as relações entre escola e estado considerando a atual conjuntura histórica. Discute alguns princípios dominantes do neoliberalismo e sua influência na educação, as formas de autonomia da escola pública e conclui enfatizando quais os imperativos éticos e políticos que devem sustentar a construção de uma nova sociedade.

EM um passado recente, a sociedade brasileira teve motivos muito fortes para combater o Estado que, durante os governos militares, havia adquirido uma dimensão dominadora sobre as ações políticas, sobre as práticas culturais e sobre o exercício dos direitos de cidadania. O Estado, para muitos, converteu-se na expressão do poder perverso que pairava acima da sociedade civil.

O discurso de oposição àquela situação apontava, como perspectiva, a restauração da ordem democrática entendida, dentre outras possibilidades, como uma subversão daquela relação e na qual o Estado se submeteria à sociedade civil. Liberais, socialistas, comunistas e católicos, cada um à sua maneira e por interesses distintos, eram da mesma opinião. O antiestatismo, alimentado pela prática autoritária dos governos militares, acabava de algum modo beneficiando teses neoliberais como, por exemplo, do Estado-mínimo.

-
1. Conferência ministrada no III Congresso de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Presidente Prudente, SP, 11 a 14 de julho de 1999.
 2. Professor Dr. — UNICAMP/FE/DEFHE.

Em educação, o corolário ao antiestatismo mostrou-se presente no discurso mistificador e, portanto ideológico, em prol do fortalecimento e da valorização da comunidade. Os destinos da educação e da escola foram, cada vez mais, atrelados à idéia de participação comunitária, à idéia de responsabilidade dos pais e das famílias, à presença, acompanhamento e interferência deles na instituição escolar e nos seus fins. Os próprios órgãos oficiais gerenciadores da educação incumbiram-se de incorporar, propagar e estimular, não raro com reformas coercitivas desenvolvidas simultaneamente, esta ideologia do comunitarismo e da participação. Muito se falou e se fala, a partir desta ótica, da autonomia que a escola passou a ter e da autonomia que os educadores ganharam ou conquistaram para desenvolverem suas ações pedagógicas.

É pertinente refletir criticamente sobre esse contexto em que, opondo-se ao Estado autoritário, acabou-se escamoteando a gradativa e crescentes ausência e omissão do Estado das políticas sociais, dentre elas, a educação.

Hoje, em tempos de neoliberalismo, reforça-se a idéia de que o Estado foi e tem sido o grande responsável pelas sucessivas crises que a sociedade capitalista vem sofrendo nas últimas décadas. O Estado Benfeitor, zeloso por políticas sociais que respondiam por necessidades e anseios da população, passou a ser denunciado como decorrente de uma tentativa dos socialistas no âmbito das próprias estruturas do capitalismo. A crítica, originada nas sociedades desenvolvidas, transferiu-se aos países periféricos, e no Brasil, muito antes de constituir-se o Estado Benfeitor, iniciou-se o seu desmonte. As elites dominantes passaram a justificar e a defender “o processo de abertura dos mercados à concorrência internacional e o desmantelamento das instituições de proteção social controladas pelo Estado” (BIANCHETTI, 1996, *passim*). Veja-se, por exemplo, nos casos mais recentes, as privatizações das estatais e as profundas alterações nos regimes de aposentadorias, ferindo expectativas e direitos adquiridos.

O Neoliberalismo em voga é também portador de alguns princípios ou conceitos que interferem profundamente na educação. Acompanhemos sinteticamente alguns deles.

Os indivíduos são moléculas sociais do sistema econômico, o que equivale a dizer que são vistos essencialmente como produtores e consumidores. O homem é considerado portador de capacidades naturais que lhe determinam de forma considerável seu desenvolvimento. Cada um de nós resulta da sorte que tivemos: a sorte genética, a sorte de ter uma família ou não e a sorte de viver em algum ambiente social e cultural favorável ou desfavorável. Some-se a isso a vontade de cada um.

A *sociedade* é algo como a somatória dos indivíduos independentes, cujos objetivos são as relações parciais entre eles, de tal forma que cada um possa ter seus interesses individuais satisfeitos. Na sociedade é inconveniente a alteração das normas, tradições e instituições, porque resultam do consenso construído por várias gerações.

O *Estado* é uma instituição necessária que deve garantir a igualdade jurídica entre os indivíduos, que podem ser por natureza desiguais, mas devem ter oportunidades iguais para, dependendo da sua própria vontade, superarem as desigualdades.

O *mercado* é o eixo das relações sociais e deve regular-se por si mesmo. Não é admissível qualquer intervenção externa, nem mesmo do Estado. “Em resumidas contas, a proposta neoliberal centra-se na inteira *despolitização* das relações sociais; qualquer regulação *política* do mercado (via Estado, via outras instituições) é rechaçada de princípio” (PAULO NETTO, 1995, p. 80). Trata-se da defesa do chamado *Estado mínimo*.

Uma visão crítica do que acaba de ser exposto pode sintetizar o cerne do neoliberalismo com a seguinte afirmação: trata-se de uma ideologia burguesa, favorável à concentração de capital, orientada pelo individualismo, pelo egoísmo, pelo conservadorismo, ocultadora das opressivas relações sociais vigentes, estimuladora da competitividade desenfreada e autoritária.

Em termos de Políticas Educacionais, por mais que se reformule o vocabulário, é visível que a teoria do capital humano continua sendo a grande orientadora das ações. É uma teoria que incorpora a lógica do mercado e, no fundamental, a função da escola é formar recursos humanos para a estrutura da produção. O sistema educacional deve responder à demanda do mercado. Além do mais, a educação está destinada a formar as elites de poder ou a dar a cada um o que sua função social lhe destina.

Aos neoliberais não é difícil argumentar contra a escola pública: segundo eles, quanto mais se expandem os sistemas públicos de ensino, menos oportunidade os pais têm de escolher a educação que querem que seus filhos recebam; uma educação pública, gratuita, comum é cerceadora das escolhas individuais e de uma “seleção natural” dos melhores; finalmente, as pessoas que não se utilizam do sistema oficial sustentado pelos impostos públicos, quando colocam seus filhos em escolas privadas, pagam duas vezes pela educação. Resumindo, os neoliberais entendem que a educação é uma mercadoria como outra qualquer. O Estado e os empresários da educação devem concorrer no mercado oferecendo o produto educação. Vença a competição de mercado quem oferecer o produto de melhor qualidade. Ao consumidor, cabe comprar a mercadoria educação conforme seu poder aquisitivo lhe proporcionar.

É dentro desse contexto que considero a autonomia da escola, aquela autonomia oficialmente estimulada, concedida, como um grande risco. Em verdade, trata-se da autonomia que vem acompanhada, nos dias de hoje, de propostas de privatização do ensino público, da defesa da educação como mercadoria e da educação voltada única e exclusivamente para as exigências de mercado. Muito do que se apregoa hoje em direção à municipalização do ensino e à sua descentralização, outra coisa não é senão a retirada estratégica do Estado desse seu compromisso. Claro está que isto não impede que o Estado subsidie a educação privada.

Vale lembrar ainda que, via de regra, a proposta da autonomia vem acompanhada do discurso da necessidade de maior controle dos pais sobre a educação, da necessidade de destruir um poder centralizador e como modelo de participação social que semeia a confusão: este discurso esconde o modelo de sociedade pretendida, ou seja, uma sociedade burguesa, individualista, egoísta, conservadora, competitiva e autoritária (BIANCHETTI, 1996, *passim*).

Em que sentido poder-se-ia falar, de forma alternativa às idéias neoliberais vigentes, da construção da autonomia da escola e do compromisso ético e político do educador? Evidentemente as questões se relacionam, porque precisamos saber qual autonomia escolar queremos construir, para daí falarmos de compromissos.

Se já critiquei anteriormente a autonomia que serve para o Estado desobrigar-se da educação, é obviamente contra aquela autonomia que quero argumentar, e em favor de uma autonomia que, em primeiro lugar, exija do poder público o cumprimento do seu papel e de uma autonomia fiscalizadora e vigilante do desempenho desse papel.

Há muitos aspectos políticos, econômicos, administrativos e éticos a explorar nesta dimensão.

CUNHA (1991, pp. 483-484) teceu considerações sobre a construção de uma escola pública democrática e de boa qualidade, mas nós também diríamos autônoma, arrolando medidas fundamentais a ser tomadas pelo Estado. Dentre as referidas medidas, destacam-se: eliminar o clientelismo na nomeação e promoção dos professores; realizar concursos de ingresso na carreira do magistério e para remoção e progressão; acabar com as construções monumentais que consomem muitos recursos; elevar e manter altos os salários dos professores, atraindo pessoal qualificado e motivado; criar mecanismos de identificação da atualização profissional dos professores, especialistas e funcionários; minimizar o autoritarismo dos professores nas relações com os alunos e seus pais; destinar recursos públicos exclusivamente para o ensino público e melhorar sensivelmente o currículo e os livros didáticos.

Estas medidas essenciais, comandadas pelo poder público, necessitam da adesão popular, para que a escola, autônoma face aos interesses privatistas, autônoma face às práticas políticas não democráticas, autônoma em relação aos interesses exclusivos do mercado, autonomamente se submeta aos interesses e anseios da população. Não nos esqueçamos que o poder de decidir sobre os destinos da escola pertence imediatamente à população, embora possa ser mediado pela delegação política.

Torna-se necessário pensar, também, na possibilidade de construção de uma autonomia escolar que não sucumba à lógica neoliberal, no que diz respeito à própria concepção do papel da educação em nossa sociedade. Que homens e mulheres queremos formar? Homens e mulheres que saibam fazer e não pensar? Que saibam pensar e fazer? Que saibam resistir ao consumismo ou a ele se entregar? Que sejam competitivos exacerbados ou solidários? Que sejam individualistas? Conformados? Críticos?

Há ainda um terceiro aspecto que gostaria de considerar: a construção da autonomia escolar depende do uso efetivo dela. Para além das fortes determinações históricas que condicionam cada um de nós, nossa prática escolar e a própria instituição escolar, é preciso ter utopias. Entre as práticas de barbárie que a sociedade capitalista produz e estimula e a possibilidade técnica, científica que nos apontam formas objetivas de resolvermos inúmeros problemas sociais, econômicos, educacionais, temos que nos atrair pelas idéias de uma sociedade melhor do que esta. Homens de hoje, mas não prisioneiros do seu tempo e, portanto, com autonomia para visitar o passado, entender o presente e sonhar o futuro. Convido os educadores para exercer esta autonomia em suas respectivas escolas, caso já não o façam. Mas com certeza a instituição como um todo se beneficiará. A autonomia como utopia não é uma fuga das limitações do presente, mas sim a intenção real de transformá-lo, comprometidos com o futuro dos nossos filhos, dos nossos alunos e da nossa sociedade.

Não ignoro os debates que, em grande quantidade, discutem a autonomia de gestão da instituição escolar, bem como sua autonomia didático-pedagógica, mas sugiro que esta dimensão se subordine aos três aspectos ponderados anteriormente.

Finalmente, quanto ao compromisso ético e político do educador, compromisso que anteriormente subordinei a uma concepção de construção da autonomia da escola, alternativa à idéias neoliberais vigentes, gostaria de enumerar as seguintes observações:

Do ponto de vista político

É necessário, apesar de toda a argumentação contrária difundida hoje, defender a escola pública laica, gratuita e universal. Trata-se de um princípio de forte interferência na construção da sociedade democrática. Mas, também, urge denunciar que a realidade da educação pública atual não é a única realidade possível. A educação pública pode qualificar-se muito mais e o Estado não pode omitir-se desse processo.

O ideal a ser seguido ultrapassa os condicionantes do presente, pensa outra sociedade, superior à atual, mas atua fortemente no presente.

Do ponto de vista ético

Os valores universais de liberdade, justiça, fraternidade, igualdade, dentre outros, são as grandes referências. A sociedade capitalista, com suas práticas liberais ou neoliberais, mostra-se cada vez mais incapaz de caminhar na direção dessas conquistas. É uma sociedade de profundas injustiças sociais, de criminalidade irracional, que abandona e extermina menores, que pratica estruturalmente a exploração do outro, voltada para o consumismo e essencialmente individualista. É preciso, portanto, resistir ativamente a esta ordem. Se os educadores puderem reavivar seus compromissos éticos com os valores universais, a educação infantil e o ensino fundamental muito terão a dizer. Na mais tenra idade, nossos filhos, nossos alunos, as crianças de todos nós, começam a desenvolver valores que amanhã lhes servirão de pauta para sua conduta. Nossas crianças vão construir uma sociedade, no futuro, com as referências éticas que herdarem de nós e, também, com a criatividade com que as novas gerações atuam sobre o velho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCHETTI, R.G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1991.
- PAULO NETTO, J. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SAVIANI, D. *A nova lei da educação*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- SUCHODOLSKI, B. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

